

Repensando direitos humanos a partir das subjetivações: o “trote” como instrumento de dominação¹

Gabriel Cerqueira Leite Martire (Universidade Federal Fluminense)

Natália Caroline Soares de Oliveira (UFF)

Resumo

O objetivo do presente estudo é contribuir com análises teóricas sobre as relações micro e macro de dominação. Para tanto, trabalhamos com o “trote” universitário e a produção de subordinações, bem como a pergunta que nos guia: como repensar direitos humanos fora das internalizações de controle sobre o sujeito? Assim, optamos por concentrar esforços na compreensão de práticas de subjetivação das hierarquias, a partir do que, no Brasil, se constituem os ritos de “trotes” universitários. Nesse sentido, para observar, mais de perto, o jogo de sujeição entre os(as) nomeados(as) calouros(as) e veteranos(as), analisamos o conceito de desigualdades, que atravessam os marcadores sociais da diferença. Essas categorias específicas estabelecem a relação que pretendemos apontar na visão macro, sobre a compreensão de direitos humanos no Brasil. Para tanto, adotamos como método de pesquisa a revisão de literaturas contemporâneas, que ajudam a entender a ideia de “trote”, e também como esse rito enreda dominantes e dominados. Por conseguinte, destacamos também alguns referenciais para problematizar a noção de direitos humanos. Visto isso, a estrutura do texto está disposta a partir dos seguintes eixos principais: a naturalização de práticas de dominação e a implicância desse contexto sobre a noção de direitos humanos no Brasil. Como resultado, aponta-se para possibilidades de construção de um olhar crítico sobre os possíveis paradoxos entre agenciamentos do “trote” e o que se espera sobre proteção dos direitos humanos, no sentido de criar mecanismos de resistências e emancipações, questionando hegemonias de poder.

Palavras-chave: Hierarquia; Subjetivação; Trote; Direitos humanos.

¹ V ENADIR – Grupo de Trabalho 11 – Diálogos e fronteiras entre a antropologia e direitos humanos nas formações jurídicas

INTRODUÇÃO

O conceito de democracia parece sublinhar, cada vez mais, a noção de direitos humanos aceita atualmente no Brasil. Isso porque, o contexto brasileiro apresenta diversos desafios, dentre os quais se encontram as necessidades de superação dos obstáculos que ocultam as desigualdades existentes. Com efeito, isso tudo pressupõe uma constância relativa de certas estruturas de poder, sustentadas e movimentadas, seja de modo consciente e/ou inconsciente, por variadas formas de relação.

Assim, nosso olhar, em termos de direitos humanos, volta-se não só a observar como as capilaridades podem nutrir estruturas maiores de dominação como também podem vivenciar consideravelmente aquilo que alimentam. Por conseguinte, essa análise pode sugerir algumas reflexões para se repensar a própria noção de direitos humanos na construção de caminhos direcionados a uma política democrática radical. Isso porque, as propostas para se alcançar a igualdade exigem esforços críticos e contextuais constantes sobre as estratégias de efetiva participação, diante das condições de vida.

A partir dessas ideias iniciais, o “trote”, como objeto de pesquisa, pode ajudar a compreender os mecanismos práticos de subjetivação das hierarquias que ocorrem nas universidades brasileiras. Porém, não pretendemos escavar as origens do “trote” no Brasil, mas sim mapear suas formas de naturalização através das condições de subordinação. Isso implica na observação das relações de poder que condicionam os(as) nomeados(as) calouros(as) e veteranos(as) no jogo de subjugação dessas duas figuras. Nesse sentido, revelam-se as formas de agenciamento simbólico que tangenciam sensivelmente a formação de grandes redes de relações, ou seja, que indicam a constituição relativa de uma dimensão macro de dominação.

Talvez essas configurações possibilitem repensar direitos humanos a partir da problematização das internalizações de controle sobre o sujeito, ao se recriarem significações por meio de alternativas que as próprias relações de poder oferecem. Nesse sentido, buscamos explorar as possibilidades de ressignificação das práticas e dos discursos por meio de alguns conceitos sobre marcadores sociais da diferença². Isso não significa desconsiderar outras formas de reflexão sobre o tema, nem descartá-las – dado que, o desafio do presente trabalho tem como objetivo contribuir com algumas análises teóricas sobre as relações micro e macro de dominação.

² As teorias que trabalham com marcadores sociais da diferença desenvolvem conceitos buscando mostrar as marcas incorporadas pelos sujeitos e nos sujeitos, tal como a noção de raça socialmente sentida e percebida.

Isso envolve uma abordagem voltada à temática das violências simbólicas e outras, que reforçam estruturas maiores de poder, para além da constituição entre “calouros” e “veteranos”. Contudo, nosso recorte de análise ainda permanece restrito ao “trote” nas universidades, entendendo que ele integra esses espaços, assumindo singularidades conforme o tempo e o local que aconteça, não deixando de perceber a complexidade social que o atravessa. Nesse tocante, entender as produções verticalizadas de poder e as violências permeadas nas relações entre pessoas nos “trotes” universitários são centrais para buscar mecanismos efetivos de combate às desigualdades sociais.

Assim, diante dessa abordagem, pretende-se observar: a) como são definidos os conceitos associados às produções verticalizadas de poder e de violências ocorridas em universidades; b) como alguns conceitos ajudam a esclarecer discursos que corporificam e fixam determinadas características aos sujeitos, explorando também nessa temática as categorias de gêneros, de sexualidades, de classes e de raça, por exemplo; e, c) como são produzidos os agenciamentos do “trote” para se pensar configurações de poder horizontalizadas, contribuindo para alargar a ideia de direitos humanos.

Para tanto, a metodologia utilizada foi desenvolvida através de referenciais teóricos contemporâneos, que buscam fundamentar conceitos para compreender os funcionamentos das relações de poder, o que aqui será apresentado por meio do “trote” nas representações em notícias de jornal, em entrevistas, em relatos de experiência e em cenas de vídeos *on-line* seguidas de comentários. Em síntese, esse trabalho ficou distribuído da seguinte forma: a **seção 1** versa sobre as formas de subjetivação do(a) dominado(a) e do(a) dominante; seguindo essa linha, na **seção 2**, passa-se para a discussão sobre as naturalizações e os marcadores sociais da diferença, observando as tentativas de enfrentar o poder dominante; em seguida, na **seção 3**, são apresentadas algumas alternativas para se combaterem as desigualdades a partir da ressignificação do “trote”; por último, nas **considerações finais**, traçam-se algumas observações apontando alternativas de enfrentamento dos dilemas vivenciados por pessoas através das naturalizações, que interferem diretamente na manutenção de inclusões e exclusões seletivas. Essa ideia parece sugerir estratégias políticas mais eficazes para se pensar direitos humanos.

Uma vez apresentadas as nuances centrais a serem trabalhadas, será realizada uma breve contextualização das violências simbólicas e concretas provocadas pelo “trote”, resultando na assunção de identidades dentro de uma lógica de dominantes e dominados, que consiste no assunto da próxima seção.

1 – A violência do “trote”: a subjetivação do(a) dominado(a) e do(a) dominante

As origens das práticas de trote são antigas³. Contudo, há regras que permanecem relativamente uniformes nessas relações, como a manutenção da ordem hierárquica, sempre direcionada dos(as) ditos(as) “veteranos(as)” para os(as) “calouros(as)”. Seguindo essa ideia, a subordinação dos(as) “calouros(as)” aos(às) “veteranos(as)” se estabelece a partir do ingresso recente daqueles nas universidades. Assim, o que autorizaria a prática dos “trotes” pelos “veteranos(as)” seria o fato deles/delas já estarem em curso na universidade, como se para a configuração desse pertencimento, ou seja, dessa aparente identidade, dependesse o “ser” experiente. Nesse sentido, poderíamos dizer que “calouros(as)” receberiam como sinônimos serem “inexperientes”, enquanto os(as) “veteranos(as)” seriam os(as) “experientes”⁴.

Visto tais esclarecimentos, seguimos com a análise de alguns estudos realizados com estudantes universitários, acerca da opinião da participação nos “trotes”. Nesse estudo, realizado por COSTA [et al] (2013), os resultados sinalizam que a maioria das pessoas não veem grandes problemas nas relações de submissão entre “calouros(as)” e “veteranos(as)”. Tal vínculo hierárquico só é percebido como submissão, caso haja a configuração de uma imposição direta do(a) “calouro(a)” ao “trote”. Mas, o resultado também aponta que o constrangimento – ligado indiretamente ao trote – não se apresenta para estudantes como forma de imposição forçada.

Assim, essas técnicas de poder parecem ocultar a submissão, que acaba ocorrendo através de vias indiretas. Tais mecanismos parecem, muitas vezes, mais sutis, contudo não menos violentos. Isso porque, eles agem como forma de inclusão e exclusão seletiva para determinados convívios sociais, ocultando formas de resistência. É como se as pessoas fossem levadas, inconscientemente, pela correnteza, sem perceber a força que as impulsiona.

Nesse sentido, as universidades brasileiras vêm constatando um cenário de constantes práticas de violências direcionadas às categorias de gêneros, de sexualidades, de classes e de raça, que se encontram, na maioria dos casos, em situações de desvantagem. Como argumenta SIQUEIRA [et al] (2012):

[...] nas instituições de ensino superior, grupos marginalizados, favorecidos por recentes políticas de inclusão, estão ingressando nas universidades brasileiras; e, em um nível micro, a identificação de certas características no(a) outro(a) constitui, de certa forma, uma ameaça à identidade do sujeito. Entre importantes catalisadores

³ GIAROLA (1999, p. 127); TOMMASINO e JEOLÁS (2000, p. 30); COSTA [et al] (2013, p. 354) apontam para o surgimento dessa expressão desde a Idade Média.

⁴ Cabe esclarecer que preferimos colocar algumas palavras entre aspas, para evitar que elas de fato se apresentem como fixas de significação, visto que, ao longo do texto, elas podem ganhar outros significados. Além disso, buscou-se escapar da gramática estruturante do gênero masculino.

dos processos de exclusão estão o gênero, a sexualidade, a raça/etnia e a classe social (SIQUEIRA, *et al*, 2012, p. 147).

Geralmente, essas práticas de trote se resguardam sob as vestes de variadas justificativas. Uma delas é que o “trote” é considerado uma forma de “troco”. Isso significaria que ao recebê-lo, tudo aquilo que foi vivenciado poderia ser passado adiante com as novas pessoas. Outro fundamento seria tratar-se de uma forma de “brincar”, “divertir-se” com “calouros(as)”. Essa observação é abordada por vários(as) autores(as), sem desconsiderar as naturalizações das violências, quando as práticas se voltam ao(à) outro(a) em condição de inferioridade [GIAROLA (1999); TOMMASINO e JEOLÁS (2000); COSTA, *et al*, (2013, p. 355); SIQUEIRA, *et al*, (2012)]. Além disso, não se pode deixar de notar que o(a) outro(a) acaba se tornando o meio a serviço de determinado fim.

Ademais, sabe-se que muitos casos de violência são ocultados pelas vítimas, temerosas não só pelas consequências da exposição pública como também pelo desamparo de um adequado atendimento por parte das instituições. Isso porque:

Atualmente, são poucos os espaços criados para que estudantes se sintam à vontade para falar abertamente de abusos. Com a criação dos coletivos feministas, esses locais se ampliaram. Isso porque, nesses espaços além de serem discutidas questões de gênero e de sexualidade, também são realizadas atividades contra opressões. Mas isso não é o suficiente, pois “poucos são levados às instâncias oficiais porque as vítimas têm medo e existe um sentimento de impunidade” (ALMEIDA, “G1” *online*, 2014).

Essa dificuldade de acolhimento encontrada pelas vítimas ao denunciarem abusos costuma ser tão grande, que muitas delas desistem de perseguir a punição dos autores. Além disso, muitas situações de abuso sequer chegam às Ouvidorias, por medo de não haver proteção adequada às pessoas que denunciam.

Essa naturalidade da violência pode ser percebida ao analisar alguns vídeos publicados no meio virtual – *YouTube*^{BR} – onde se destacam alguns dos funcionamentos desses agenciamentos da violência. No primeiro vídeo, publicado no ano de 2008, a prática chamada “elefantinho” é realizada com “calouros(as)” em espaço público aos risos e humilhações. Nesse vídeo, notamos 2.917 visualizações e nenhum comentário de internautas. Um segundo vídeo, publicado em 2010, a prática realizada foi o cabelo raspado de “calouros” e o “passa papel” pela boca, também ao som da humilhação direcionada ao gênero e à sexualidade. Nesse vídeo constam 13.042 visualizações e apenas um internauta dizendo: “retardados”.

Um terceiro vídeo, publicado em 2011, de discentes do curso de biologia, a prática do trote se realiza condicionando “calouros(as)” a forçarem contatos corporais no(a) parceiro(a) incitando a sexualidade, tudo na base da humilhação. Nesse vídeo constam 18.906

visualizações de internautas, e os comentários da maioria são de repúdio. Em outro vídeo, do mesmo ano, “calouros” são obrigados a rolares seus corpos um por cima do outro, também ao som da humilhação. Nesse vídeo constam 2.974 visualizações, e nenhum comentário.

Observamos também em um vídeo de 2014 o cometimento de práticas de trote semelhantes às mencionadas acima, contudo somando outras atividades, que parecem jogos. Além disso, nota-se que ele se diferencia dos demais pela filmagem em cortes e sem os sons das falas – o que foi substituído por uma música de fundo. Nesse vídeo constam 14.323 visualizações, e praticamente todos os comentários dos internautas são favoráveis às práticas.

Já em uma matéria filmada pela Rede Globo de T.V., publicada no mesmo canal, em 2010, com 117.224 visualizações, notam-se práticas semelhantes às descritas acima, sendo que em algumas delas existem agravantes. O temor e repúdio de internautas foram muito intensos, debulhando comentários lastimáveis às práticas de trote.

Para fazer uma comparação desses agenciamentos visuais violentos com seu opositor, uma busca rápida por práticas solidárias em trotes no *YouTube*^{BR} resultou em poucos vídeos, sendo que a maioria deles contém poucas visualizações de internautas, não chegando a mil.

Cabe destacar que o contexto promovido pela máquina mercantilista nas universidades infiltra formas de poderes específicos de dominação. Estes poderes tangenciam novas modelagens ao “trote”. É comum ver cartazes apelando para ordens que reforçam a preferência de um universo heterossexista (horror às sexualidades que não se encaixam em um modelo heterossexual) em murais e paredes das universidades.

Mas, isso não ocorre de forma homogênea, existem singularidades em termos de inferiorização ou marginalização do que representaria o feminino ou mesmo outras categorias estereotipadas e estigmatizadas, reforçando as desigualdades no plano concreto. Todas essas práticas discursivas se acoplam aos imperativos e códigos estruturais. Por certo, quando se percebe um risco de desvantagem econômica, aqueles que conduzem o mercado se apropriam dos novos códigos, invertendo a lógica e criando outras estruturas para se debruçarem.

Assim, os(as) operadores(as) do mercado, investem em qualquer empreendimento que propicie lucro. Essa é outra tangente de poder que age e modela os corpos. Não se trata de pensar a igualdade material ou mesmo de empoderamento de categorias desfavorecidas, mas sim de buscar vantagens econômicas em qualquer prazer/desejo que gere o lucro (SIQUEIRA, *et al*, 2012, p. 151). Como forma de ilustrar o funcionamento dessas práticas discursivas no “trote”, vejamos um exemplo no chamado “pedágio”:

A atividade do pedágio envolve um considerável planejamento, pois ocorre ao mesmo tempo em vários bairros da cidade. Os corpos dos(as) calouros(as) são

pintados com diferentes símbolos que frequentemente transmitem mensagens sexuais. Algumas calouras usam pouca roupa e/ou roupas provocantes, como no caso de uma menina da Farmácia que – pintada de vaca – exibia as palavras *à venda* escritas na barriga, com uma flecha apontando para seu órgão sexual. Enquanto os(as) calouros(as) cumprem sua tarefa, os(as) transeuntes fazem insinuações, os veículos param, ressoam assobios, etc. Futuramente, todo o dinheiro arrecadado será utilizado na produção de uma chopada, que é o *ponto culminante* do trote. (SIQUEIRA, *et al*, 2012, p. 152).

Quando os corpos se tornam a superfície das práticas discursivas, eles não só são atravessados pelo poder, mas também sustentam o poder. Esses efeitos podem se subjetivar e se naturalizar, à medida que se reiteram ao longo do tempo. Assim, esses poderes, podendo se instaurar no inconsciente, exercem certo domínio através de sentidos e significados próprios. Chega a ser preocupante saber até que ponto tais práticas discursivas influenciam as ações violentas perpetradas em festas universitárias. Como exemplo, em matéria divulgada no “El País” *on-line*, por MARTIN (2015), foram apontados números em torno de 143 mil estupros cometidos por ano em universidades, mas que somente 35% das vítimas costumam denunciar. Segundo MARTIN (2014), “as violações constituem somente a ponta de um *iceberg* de uma cultura na qual não só as mulheres são ultrajadas, mas também são reprimidos os alunos homossexuais e negros”.

Sobre esse contexto, em resposta a uma das perguntas direcionadas à ALMEIDA (2014) sobre como ela caracterizaria o problema da violência, especificamente, da forma como ocorreu na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, ela discorre:

O caso da Medicina ganhou muito destaque porque juntou esse tipo de trote com a violência sexual das festas, os estupros. Nem sempre eles estão associados. Isso permite que alguns desses casos sejam realmente vistos como gravíssimos. Isso vai permitir, e é muito importante isso, que a Universidade se repense (ALMEIDA, “Jornal do Campus” *on-line*, 2014).

Para ilustrar como a dominação simbólica pode se enraizar no corpo, Marina, vítima do abuso sexual da referida Universidade, relata que: “durante muito tempo eu me culpei por ter bebido e não ter oferecido resistência suficiente, por ter confiado”; “mas hoje me parece ridículo que não possa embebedar-me em uma festa da minha faculdade com meus colegas de classe, pois podem estuprar-me” (MARTIN, “El País” *on-line*, 2015).

Assim, essas formas de poder conseguem sobreviver articulando-se e ganhando corpo através de constantes tramas tecidas entre as relações micro e macro de dominação. O “medo” que paira em algumas direções de universidades, para abrir discussões sobre todas essas violências, poderia ser uma dessas evidências. Isso porque, muitas universidades silenciam-se com base nos supostos riscos que “escândalos” poderiam provocar em termos de desprestígio

para as instituições. Nesse sentido, veremos na seção a seguir como surgem tais naturalizações e o que elas implicam para os marcadores sociais da diferença.

2 – Quando não se quer, o que se quer?: observando como agem as naturalizações

Ao ler algumas falas constantes nos vídeos do *YouTube*^{BR}, analisados no tópico anterior, foi possível perceber como a maioria dos internautas repudia veementemente as violências praticadas no “trote”. Contudo, dificilmente consegue-se reverter o cenário de “submissão” aos(às) “calouros(as)” nas universidades. A dificuldade de tal situação implica em combater o que pressupomos estar atrelado às naturalizações.

Essa ideia está intimamente relacionada com as formas de perceber as identidades. Visto que, as reiteraões discursivas constroem as “aparências” de sujeitos e de “verdade imutável” sobre as identidades. Desse modo, certas categorias, na expressão de Corrêa:

[...] nos parecem naturais porque são permanentemente reiterados nos discursos e práticas culturais e institucionais: a nomeação, as insistências nas diferenças anatômicas, as leis, a separação dos espaços e funções. Ou, como disse Bourdieu em seu clássico “*A Dominação Masculina*”, traços que estão nos modos de pensar, nas palavras, nos espaços, nos objetos, nos modos de ver e de experimentar a corporalidade. Butler recorre à figura da *drag queen*, da travesti, da pessoa trans, como figura filosófica que desestabiliza essas construções naturais (CORRÊA, *online*, 2016, p. 218).

Essas “aparências de verdade”, conforme Souza (2004), que causam a “impressão da naturalidade”, estão presentes no “ser” e na forma como são construídos. Assim, nas palavras de Souza (2004):

A dificuldade em se discutir esse tema tem a ver com a concepção necessariamente naturalizada que temos da eficácia social do mercado e do Estado. Às gerações que nascem sob a égide das práticas disciplinarizadoras já consolidadas nessas instituições, a hierarquia valorativa implícita, opaca e contingente que as perpassa de maneira intransparente e oculta assume a forma naturalizada de uma realidade tácita, que dispensa, por isso mesmo, justificação. Responder aos imperativos empíricos do Estado e do mercado passou a ser tão evidente quanto respirar ou andar. Somos continuamente modelados para atender a esses imperativos. Essa realidade permite e confere credibilidade às concepções científicas que desconhecem a lógica normativa contingente desses subsistemas. Ela assume a forma de qualquer outra limitação natural da existência, como a lei de gravidade, por exemplo, contra a qual nada podemos fazer (SOUZA, 2004, p. 81).

Desse modo, a relação entre discursos e fabricação de sujeitos requer a contextualização do processo de construção social de tais conceitos. O que se entende por “veteranos(as)” e “calouros(as)” está rodeado por uma série de atravessamentos⁵, marcando e

⁵ Atravessamento representa um dos sinônimos para o conceito de interseccionalidade, que trabalha com as imbricadas formas de sobreposições de marcadores sociais da diferença. Preferiu-se pela utilização do termo “atravessamento”, pois, didaticamente, sua compreensão parece ser mais direta.

formando socialmente sujeitos de maneiras muito distintas. Sobre o tema, por exemplo, diversas pesquisas foram elencadas por Moutinho (2014). A autora realiza um estudo sobre a heterogeneidade das categorias, trazendo conceitos tais como a “comunidade imaginada”, expressão de Benedict Anderson, incorporada aos estudos de sexualidade a partir do trabalho de Avtar Brah, publicado em 2006.

Assim, ao se falar sobre marcadores sociais da diferença, trabalha-se com o conceito de marca socialmente gravada no corpo. Isso ocorre não só através de códigos simbólicos reiterados discursivamente, mas também, por meio de práticas incorporadas pelos sujeitos – seja de forma consciente ou inconsciente. Em razão disso, é importante ponderar acerca de alguns cuidados na abordagem desse assunto. Isso porque, entra em questão o lugar de fala, que carrega consigo um conjunto complexo de fatores a serem observados. Autores como Butler (2003), Corrêa (2016), Souza (2004) e bell hooks (2008) chamam a atenção para esse ponto, evitando que se caia em uma série de riscos sobre a construção de definições que poderiam padronizar sujeitos, reduzindo-os a determinadas visões, produzindo e reproduzindo determinantes imutáveis sobre a constância do “ser”.

Mas, por que tais estudos seriam relevantes para este trabalho, e qual seria o problema em cristalizar sujeitos em determinadas classificações reducionistas? Ora, primeiramente, quando se definem “veteranos(as)” e “calouros(as)” no interior de uma lógica binarista, criam-se obstáculos para se perceberem as possibilidades complexas do “ser”. Nesse sentido, há aí um problema. Para Butler (2003) e outros(as) pensadores(as), a genealogia do sujeito demonstra que sujeitos seriam “efeitos” de instituições, discursos e práticas, e não suas causas. Ao se produzirem certas “verdades” sobre as definições de sujeitos, aqueles que não se enquadram às estruturas pré-definidas, por sua vez, estariam excluídos de direitos, de proteção, e assim por diante.

Porém, ao se assumir a construção das identidades, também é possível falar na ressignificação delas sob formas, inclusive, que subvertam as estruturas dominantes. Consequentemente, repensar tais processos possibilita enxergar a dinamicidade e complexidade dos fenômenos.

Desse modo, em que sentido seria interessante romper com as estruturas pré-constituídas de sujeitos? Nesse sentido, o que é possível revelar quando as categorias são desestabilizadas? Ao observar como funcionam os marcadores sociais da diferença nos atravessamentos entre gêneros, sexualidades, classes e raça, é possível compreender melhor como diferentes combinações podem compor um universo infinitamente complexo sobre identidades. Também é possível observar como o lugar de fala das “categorias dissidentes”

podem questionar o “sujeito abstrato universal”, o “ser” homem ou mulher, o “ser” qualquer, imóvel no tempo e no espaço.

Seguindo esse raciocínio, para Goffman (1963) os estigmas e os estereótipos, em diferentes contextos sociais, podem revelar como diferenças podem ser fixadas e hierarquizadas. Assim, sua teoria guarda importância com as análises apresentadas aqui. Isso porque, a reprodução de estigmas e estereótipos são constantemente utilizadas nas referências publicitárias para festas universitárias. Estes anúncios criam representações cristalizadas de gênero, compondo reiteradamente um modelo de homem e um modelo de mulher, onde a figura iconográfica da “mulher” é nitidamente vendida como objeto de fetiche, de satisfação para as vontades do “homem”.

Desse modo, Goffman (1963) preleciona que a manipulação de determinados significados para a constituição de identidades pode demarcar inferioridades inscritas nos corpos. Essas inscrições constituem formas de subjugar diferenças, segundo padrões culturais de normalidade. Isso resulta em desigualdades claras no contexto social da diferença.

Esses estudos sugerem a desconstrução de visões conservadoras e deterministas, para que se impulsionem ações tanto no âmbito das experiências pessoais e subjetivas, quanto nas atividades públicas e políticas. Nesse sentido, SCOTT (1990) afirma:

Eu não acho que tenhamos que deixar os arquivos ou abandonar o estudo do passado, mas eu acho, em contrapartida, que temos que mudar alguns dos nossos hábitos de trabalho e algumas das questões que colocamos. Temos que examinar atentamente os nossos métodos de análise, clarificar as nossas hipóteses operativas e explicar como pensamos que a mudança se dá (SCOTT, 1990, p. 20).

Por conseguinte, Scott (1990, p. 21) também questiona a existência de um núcleo essencial da definição de gênero, a partir da sua constituição de relações sociais baseadas nas diferenças notáveis entre os sexos, como também por sua força de significar as relações de poder. Avaliar a história pela perspectiva de gênero, por exemplo, ajuda a entender melhor as relações de construção de uma visão, predominantemente, androcêntrica.

Essas novas perspectivas também são defendidas para se refletir sobre o sentido e a importância simbólico-prática do ritual do “trote” em nossa sociedade. Desse modo, TOMMASINO e JEOLÁS (2000) fazem algumas críticas às abordagens antropológicas reducionistas sobre o assunto, ao defenderem que a perspectiva cultural deve ser observada a partir de sua dinamicidade e porosidade de significações. Por isso, “a análise do que representa o trote atualmente, e a violência com que tem se revestido em algumas universidades, deve levar em consideração o contexto da sociedade brasileira atual, com todas as contradições aí presentes” (TOMMASINO e JEOLÁS, 2000, p. 30).

Por conseguinte, afirmar que o “trote” se caracteriza um “rito de passagem” é um risco. Isso porque, os tradicionais “ritos de passagem” caracterizam-se como ritos de iniciação. Nesse sentido, haveria a morte simbólica e o renascimento do sujeito por leis que marcam o corpo para a igualdade social. Não há um vínculo hierárquico, de submissão, mas sim uma nova fase de integração, em que o corpo é a memória do conhecimento. Logo, o poder não se separa do corpo e do social, que é um só “ser”. Tais dimensões e significados não se assemelham às “sociedades modernas”.

Até mesmo as zombarias são diferenciadas no “trote” moderno, que ao invés de inverter papéis sociais, reforça marcadores sociais da diferença, tornando estereótipos pontos de referência. Desse modo haveria na “sociedade moderna” uma “fragmentação e pulverização dos rituais”, como argumenta TOMMASINO e JEOLÁS (2000, p. 37-40).

A partir dessa exposição, seguimos com alternativas para se combaterem as desigualdades a partir da ressignificação do “trote”, no avanço do Direito Humanitário em termos de uma estratégia político-democrática radical, assunto a ser tratado na próxima seção.

3 – Resignificar a partir de dentro é possível?: uma estratégia político-democrática radical

Sobre orientações e políticas de atendimento e proteção, ALMEIDA (“Jornal do Campus” *on-line*, 2014) preleciona que a transformação deve partir não só de uma ação institucional⁶, mas também das relações interpessoais e do fortalecimento dos coletivos feministas – em seu sentido amplo de ação. Isso significa combater as estruturas de poder que se (re)inventam e se (re)produzem de diversas formas.

Para isso, existe a necessidade de abertura de espaços de discussão e reflexões críticas sobre o assunto, que abordem sobre as “piadinhas machistas”, as “humilhações”, as práticas de trote, dentre outras relações de poder. Assim, não basta que as universidades simplesmente proibam as práticas de trote com a finalidade de resolver o problema, porque proibir, no caso, é reduzir as possibilidades de construção de uma política democrática radical.

Nesse sentido, pensar sobre as formas de construção e manutenção das violências pode ajudar a criar estratégias para se ressignificarem as relações de poder a partir do seu interior. Como exemplo dessas estratégias, a primeira, concerne às forças econômicas. Assim, fornecendo meios de vida sustentáveis no sentido político-democrático de participação. Essa perspectiva possibilita que novos valores possam integrar a pauta

⁶ Sobre a criação de uma legislação específica para a criminalização do trote violento no Brasil, chegou a ser aprovado na Câmara dos Deputados, em 2009, o Projeto de Lei 1.023.

sistemática da economia, rompendo com a hegemonia de valores tradicionais e fornecendo às pessoas condições mais igualitárias de acesso às necessidades reais. Daí que as ações sociais deveriam se incluir nas abordagens do sistema econômico, visto que suas causas interferem diretamente no desequilíbrio e nas desigualdades políticas que se constituem no seio social.

A segunda estratégia seria combater os enquadramentos sociais que marcam as pessoas, no que se refere às diferenças. Isso não significa destruir as identidades, mas pensá-las como processos e possibilidades. Nesses termos, é preciso “observar o modo como as fábulas de gênero estabelecem e fazem circular sua denominação errônea de fatos naturais” (BUTLER, 2003, p. 12). Desse modo, “se a universalidade não se impõe, a diferença não se inibe; sai à luz” (FLORES, in: WOLKMER, 2004, p. 375).

Contudo, essas ideias necessitam inspiração crítica constante sobre os conceitos, por meio de mecanismos de resistência e descentralização. Pois, a diversidade, em suas múltiplas nuances, requer um Direito criado por pessoas reais e para pessoas reais. Por certo, “[...] a universalidade deve ser vista como um espaço de criação, de pensar democrático e que, mais que formar profissionais, tem como um dos principais objetivos produzir soluções para melhorar a sociedade na qual está inserida” (MENDONÇA, *et al*, 2002, p. 13).

Como forma de exemplificar essa estratégia, observamos o projeto “Trote Cidadania”. Este teve como apoio a Fundação Educar, a Consultoria Neurônio e a Faça Parte (Instituto Brasil Voluntário), com incentivo da Organização das Nações Unidas. Para alcançar os objetivos do projeto, foi realizado um concurso com premiações, estimulando diversas pessoas em universidades a participarem de ações sociais. Tais propostas deram outro significado ao “trote”. Assim, foi possível perceber outra forma de dominação, afinal, continuamos com a relação de hierarquia entre os(as) ditos “veteranos(as)” e “calouros(as)”, porém, existe uma outra forma de agir e formar simbolicamente as subjetividades, revertendo humilhações, estigmas e exclusões em práticas e discursos de integração e fortalecimento social, o que pode oferecer possibilidades de alcance pela igualdade social. Isso porque, as políticas forçam pensar o “eu” e o “nós” que propicie melhores condições de vida. Nesse exemplo, uma das Universidades que ganhou o prêmio “Trote Cidadania” em 2002, a Universidade da Amazônia (UNAMA) expôs o seguinte:

No dia 02 de março, embalados pelo slogan “Na UNAMA os Calouros Ensinam Primeiro”, realizou-se o trote social da universidade. Para torná-lo possível, professores, alunos e funcionários não mediram esforços para beneficiar nove entidades pré-selecionadas, vizinhas ao campus Alcindo Cacela e Senador Lemos. Estiveram envolvidos nas atividades 350 calouros e 120 veteranos, pertencentes aos mais diversos cursos da universidade. A UNAMA ofereceu uma série de serviços, realizou atividades culturais e pedagógicas, além de arrecadar e doar cinco toneladas

de alimentos para 221 famílias carentes. Dentre as ações realizadas estavam: distribuição de cestas básicas, emissão de documentos (certidão de nascimento, carteira de identidade e de trabalho), fotografias, corte de cabelo, prevenção de surdez infantil, atendimento médico pediátrico, além de orientações sobre hipertensão arterial, saúde bucal, vocal e sexual, e vacinação. Ao todo, foram beneficiadas, pelo Trote da Cidadania UNAMA, 1.891 pessoas. (MENDONÇA, *et al*, 2002, p. 17)

Logo, seria possível construir outros mecanismos de formação jurídica e direitos humanos pensando a partir dos efeitos das relações micro e macro de dominação. Isso porque, essas redes de conhecimento correm pelas pontes culturais, políticas e econômicas, através de estratégias de troca e ação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, buscamos contribuir com algumas reflexões para se repensar relações de poder e de dominação. Para isso, observamos de perto o funcionamento dessas forças agindo nas práticas e nos discursos. Nesse sentido, trabalhamos com diferentes perspectivas de significação do “trote”. Assim, ora percebemos o “trote” como reforço ou sinônimo de desigualdades, ora como força para construção das igualdades.

Além disso, repensar as possibilidades subversivas exigiu certo esforço para reler as hierarquias e as naturalizações, observando categorias para além de identidades fixas de sujeitos. Por conseguinte, entender sujeitos como processos em transformações e atravessamentos diversos nos corpos implica uma visão complexa dos fenômenos.

Nesse jogo de significação e ressignificação seria possível refletir sobre possibilidades de se repensar direitos humanos dentro das internalizações de controle sobre o sujeito, já que há caminhos para a reconstrução de sujeitos. Isso demanda trabalhar com um olhar crítico e autocrítico constante, colocando em ação formas de agenciamentos no sentido de criar mecanismos de resistências e emancipações.

Por fim, a sugestão que pareceu a mais efetiva não seria, somente, aceitar dispositivos de proibição das práticas violentas do “trote”, mas também reprimi-lo por meios mais eficazes e duradouros. Por isso, agir através de uma política democrática radical, ou seja, na raiz do problema, impedindo a formação de violências simbólicas ou não, demanda trocas e ações sociais. Desse modo, parece que inverter o sentido da correnteza seria o mais coerente. Contudo, restam muitos obstáculos para colocar tudo isso em prática.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; Revisão de tradução de Marina Vargas; Revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CORRÊA, Sonia. “A categoria mulher não serve mais para a luta feminista”. Entrevista concedida à Laura Daudén e Maria A.C. Brant. In: SUR (Revista Internacional de Direitos Humanos) 24, v. 13, n. 24, 2016, p. 215-224. Disponível em: < <http://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2016/12/20-sur-24-por-sonia-correa.pdf> >. Acessado em 02 de julho de 2017.

COSTA, Simone de Melo. [et al]. *Trote universitário: diversão ou constrangimento entre acadêmicos da saúde?* Revista Bioética (Impr.) 1013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/bioet/v21n2/a19v21n2.pdf> >. Acessado em 02 de julho de 2017.

FLORES, Joaquín Herrera. *A (Re)invenção dos Direitos Humanos*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

_____. *Direitos Humanos, Interculturalidade e Racionalidade da Resistência*. Traduzido por Carol Proner. Cap. 11, in: WOLKMER, Antonio Carlos. Org. *Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.

GIAROLA, Luis Carlos. *Trote na Universidade*. In: Interface – Comunicação, Saúde, Educação, vol. 3, nº 5, Botucatu, 1999, p. 127-128. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32831999000200013 >. Acessado em 02 de julho de 2017.

GOFFMAN, Erving. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução: Mathias Lambert. 4ª ed. Digitalização de 2004 para arquivo de uso interno do curso EGeS, UERJ. Publicação original: 1963.

HOOKS, bell. *Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens*. Tradução: Carlianne Paiva Gonçalves, Joana Plaza Pinto e Paula de Almeida Silva. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, 2008, pp. 857-864. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/07.pdf> >. Acessado em 02 de julho de 2017.

JORNAL DO CAMPUS. “*Há um problema evidente com a noção de consentimento*”. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2014/12/ha-umproblema-evidente-com-a-nocao-de-consentimento/>>. Acessado em 02 de julho de 2017.

MARTIN, Maria. Abusos nos campi: agressões sexuais envergonham a melhor universidade do Brasil. *El País Brasil*, São Paulo, 2015. Disponível em: < http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/06/politica/1423258015_581946.htm 1>. Acessado em 02 de julho de 2017.

MENDONÇA, Luciana. [et al]. *Trote da cidadania*. Gráfica Editora Modelo LTDA. 2002. Disponível em: < [http://www.objetivosdomilenio.org.br/downloads/Trote-\(1\).pdf](http://www.objetivosdomilenio.org.br/downloads/Trote-(1).pdf) >. Acessado em 02 de julho de 2017.

MORENO, Ana Carolina. Violência sexual é mais comum em festas e trotes, diz professora da USP. *G1 Educação*, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/08/violencia-sexual-e-mais-comum-em-festas-etrotres-diz-professora-da-usp.html>>. Acessado em 02 de julho de 2017.

MOUTINHO, Laura. *Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes*. Dossiê Antropologia, Gênero e Sexualidade no Brasil: balanço e perspectivas. *Cadernos Pagu*, nº 42, 2014, p. 201-248. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n42/0104-8333-cpa-42-00201.pdf>>. Acessado em 02 de julho de 2017.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e Realidade*, v.16, n.2, jul./dez. 1990, p. 5-22.

SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de. [et al]. *Construções identitárias de estudantes de farmácia no trote universitário: questões de gênero e sexualidade*. In: *Pro-Posições*, v.23, n. 2 (68), Campinas, 2012, p. 145-159. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n2/a10v23n2.pdf>>. Acessado em 02 de julho de 2017.

SOUZA, Jessé. *A gramática social da desigualdade brasileira*. Artigo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, nº 54, 2004, p. 79-97.

TOMMASINO, Kimiye; JEOLÁS, Leila Sollberger. *O trote como um ritual de passagem: o universal e o particular*. In: *Revista Mediações*, v. 5, nº 2, Londrina, 2000, p. 29-49. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9159/7751>>. Acessado em 02 de julho de 2017.

YouTube^{BR}. *Trote de biologia da UERJ 2011.1 - parte 2*. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2zID2AXKOvc>>. Acessado em 02 de julho de 2017.

_____. *Trote Direito UFF 2014.2*. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=a7NVhqMue14>>. Acessado em 02 de julho de 2017.

_____. *Trote Engenharia UFF 2008/1 - Volta Redonda*. 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cm9_wPTDQlw>. Acessado em 02 de julho de 2017.

_____. *Trote UERJ/IPRJ 2011.1 - Rolamento.mp4*. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NrSTudmEQCU2011>>. Acessado em 02 de julho de 2017.

_____. *Trote - UERJ Resende 2010.2 - Passa papel*. 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UYatU67s6Tk>>. Acessado em 02 de julho de 2017.

_____. *Trote Violento na Faculdade de Medicina em SP – FANTÁSTICO*. 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XFbauhLRfjs>>. Acessado em 02 de julho de 2017.